

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

## 2. Aprovação das atas das reuniões anteriores

Atas n.ºs 131, 132 e 133.

## 3. Comunicações do Presidente

### 3.1. Contributos dos GP para o Plano de Atividades para a 4.ª Sessão

### 3.2. Baixa de iniciativas:

- Projeto de Lei n.º 962/XIII/3.ª (PEV) - Extingue a Parque Escolar, E.P.E.

### 3.3. Apreciação na especialidade de projetos de resolução aprovados

- Projeto de Resolução 1373/XIII/3.ª (PCP) - Recomenda a valorização do ensino profissional, com a garantia da igualdade de oportunidades de todos os estudantes
- Projeto de Resolução 1501/XIII/3.ª (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que proceda ao adiantamento das prestações devidas às escolas de ensino profissional sempre que haja atrasos no financiamento do POCH

### 3.4. Pedido de Audiência AIDGLOBAL – Ação e Integração para o Desenvolvimento Global ([www.aidglobal.org](http://www.aidglobal.org))

### 3.5. Pedido de parecer sobre o acolhimento da Conferência “Cidadania e Sociedade Civil”, a promover pela PASC – Plataforma das Associações da Sociedade Civil - dia 6 ou 27 de novembro (terças-feiras), na sala do Senado.

### 3.6. European Interparliamentary Space Conference

## 4. Audiência à ANPED - Associação Nacional de Pais em Ensino Doméstico – 15h00

## 5. Discussão de Projetos de Resolução

### 5.1. Projeto de Resolução n.º 1778/XIII/3.ª (PCP) - Respeito pelo tempo efetivo de trabalho dos docentes em horário incompleto

**6. Apreciação e votação do relatório de atividades do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação referente à 3.ª Sessão Legislativa**

**7. Apreciação e votação do relatório de atividades do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens**

**8. Apreciação e votação de admissibilidade de petição**

**Petição n.º 521/XIII/3.ª** - Contabilização da formação e obtenção de graus académicos para efeitos de progressão da carreira docente.

**9. Apreciação e votação dos relatórios finais das petições**

**Petição n.º 500/XIII/3.ª** - Solicita a defesa do direito à progressão na carreira

**10. Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP para audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre Subfinanciamento e precariedade no Ensino Superior**

- Apreciação e votação

**11. Requerimento do Grupo Parlamentar do CDS/PP para audição do Senhor Ministro da Educação, para prestar esclarecimentos sobre a forma como foi conduzido o programa de 'vouchers' para entrega de manuais escolares gratuitos.**

- Apreciação e votação

**12. Outros Assuntos**

**13. Data da próxima reunião**

- 25 de setembro, 15h00

---

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

Foi consensualizado incluir na Ordem do Dia a apreciação e votação dos requerimentos do BE, para se proceder à audição do Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e do PSD, para se ouvir o Ministro da Educação, os quais foram apresentados no dia da reunião.

A Ordem do Dia, com essa alteração, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## 2. Aprovação das atas das reuniões anteriores

A apreciação das atas n.ºs 131, 132 e 133 foi adiada.

## 3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente da Comissão solicitou que, até à reunião de 25 de setembro, fossem apresentados contributos para o Plano de Atividades da Comissão para a 4.ª Sessão e deixou para ponderação adotar para o Café de Ciência o tema da Água ou Micróbios.

### 3.2. Baixa de iniciativas:

Referiu depois a baixa à Comissão do **Projeto de Lei n.º 962/XIII/3.ª (PEV)** - Extingue a Parque Escolar, E.P.E. e indicou que tinha sido distribuído ao PSD para elaboração de parecer, questionando se o mesmo podia ser agendado para a reunião do dia 25 de setembro. O Deputado Pedro Pimpão (PSD) indicou que comunicaria depois o Deputado relator.

### 3.3. Apreciação na especialidade de projetos de resolução aprovados

Foi deliberado fixar o calendário referido a seguir para apreciação na especialidade do **Projeto de Resolução 1373/XIII/3.ª (PCP)** - Recomenda a valorização do ensino profissional, com a garantia da igualdade de oportunidades de todos os estudantes e do **Projeto de Resolução 1501/XIII/3.ª (CDS-PP)** - Recomenda ao Governo que proceda ao adiantamento das prestações devidas às escolas de ensino profissional sempre que haja atrasos no financiamento do POCH:

- ✓ Apresentação de propostas de alteração até 04/10/2018
- ✓ Distribuição de mapa comparativo em 08/10/2018
- ✓ Discussão e votação na especialidade em 09/10/2018

### 3.4. Pedido de audiência da AIDGLOBAL – Ação e Integração para o Desenvolvimento Global ([www.aidglobal.org](http://www.aidglobal.org))

O Presidente da Comissão referiu que se trata de uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento e Associação Juvenil, que desenvolve projetos em Portugal e Moçambique e promoveu no 1.º o projeto "**Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global**", cujos temas principais são: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os Direitos Humanos. Assim, pretendem apresentar na audiência os resultados e as recomendações deste projeto, considerando que os mesmos possam ser úteis para a iniciativa Parlamento dos Jovens, assim como propor um tema para a edição de 2019/2020 do mesmo.

Fizerem idêntico pedido de audiência à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP, que realizou já a audiência), e à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Após debate, foi consensualizado investigar se a matéria a apresentar é a mesma nas 3 Comissões, para se ponderar se tendo havido já audiência na CNECP, se justifica fazer audiência nas outras 2, mesmo que conjunta.

### **3.5. Pedido do PAR de emissão de parecer sobre o acolhimento da Conferência “Cidadania e Sociedade Civil”, a promover pela PASC – Plataforma das Associações da Sociedade Civil - dia 6 ou 27 de novembro (terças-feiras), na sala do Senado**

Foi equacionado o parecer a dar, ao abrigo do Regulamento das Regras e Procedimentos para Cedência de Espaços da Assembleia da República na Organização de Eventos Promovidos por Entidades Externas, quanto ao interesse, oportunidade e adequação de realização da Conferência na Assembleia da República e à eventual vontade de coorganizar o evento.

Após debate, foi consensualizado averiguar qual a posição das outras 4 Comissões a quem foi pedido parecer (Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Comissão de Trabalho e Segurança Social, Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação e Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto), bem como obter mais informação junto da PASC sobre o programa da Conferência.

### **3.6. European Interparliamentary Space Conference**

Foi avaliada a participação na European Interparliamentary Space Conference, que vai ocorrer a 15 e 16 de outubro, em Bruxelas, Bélgica, tendo sido consensualizado obter mais informação sobre o conteúdo da mesma, para depois se ponderar se deve haver participação e, em caso afirmativo, qual a delegação.

## **4. Audiência à ANPED - Associação Nacional de Pais em Ensino Doméstico – 15h00**

O Senhor Presidente deu as boas vindas à delegação da Associação Nacional de Pais em Ensino Doméstico (ANPED), melhor identificada na [página da audiência](#) e informou a grelha de tempos disponíveis para a presente audiência.

Dada a palavra a Alexandra Nascimento, foi pela mesma dito que a definição legal de ensino doméstico significa no domicílio dos alunos. Todavia, grande parte dos jovens de hoje não estão fechados em casa, estando, alguns destes alunos, inscritos em atividades de enriquecimento escolar, e outros recorrendo ao mundo em seu redor como local de aprendizagem. Referiu, ainda, que o número de alunos inscritos no ensino doméstico tem vindo a aumentar.

Enalteceu, em seguida, o ensino doméstico como um projeto de educação familiar que visa a promoção de uma educação de excelência.

Expôs, de seguida, que o fundamento da presente audiência é o facto de ter sido avançada a possibilidade de revisão do diploma do ensino doméstico e, a proposta conhecida pela associação, é, na sua opinião, um retrocesso, que restringe o direito à educação. Exemplificou com o facto de ser proposta a exigência de determinado nível habilitacional aos pais,

equiparando o pai ao professor e, assim, desrespeitando a opção do ensino doméstico como alternativa ao ensino público.

Ao mesmo tempo, informou que a legislação que se encontra em vigor é aplicada de forma incorreta por muitos Diretores de escola.

Mencionou, por fim, que a associação teve já contactos com o Ministério e que sugeriram a elaboração de um guia de boas práticas.

E terminou pedindo a colaboração da Comissão para preservar as liberdades que sempre lhes foram concedidas.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) referiu que a educação tem várias variantes e o ensino doméstico ocupa uma delas, agradecendo, desde já, por todos os contributos que a Associação possa fazer chegar à comissão. Questionou, de seguida, se tinham indicação do número de alunos em ensino doméstico e sua evolução, tanto a nível nacional como europeu. Solicitou que identificassem as dificuldades sentidas na transição entre o ensino doméstico e o ensino na escola, e vice-versa. Pediu, ainda, que expusessem as medidas necessárias à compatibilização com as atividades de enriquecimento curricular. E terminou, concluindo, com o desafio de relacionamento do ensino doméstico com o perfil do aluno.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) começou por referir que se trata de uma associação recente, constituída em 2017, sendo certo que o ensino doméstico existe já há muitos anos. Expôs que as escolas têm sabido como lidar com estes alunos, sendo a lei clara quanto à necessidade de estes serem matriculados para efeitos de avaliação e conclusão dos respetivos níveis/ciclos de ensino. Face à consulta pública tendente à revisão da regulamentação das ofertas e modalidades educativas e formativas dos ensinos básico e secundário, insertas no Dec. Lei nº 55/2018, de 06 de julho, questionou quais os contributos apresentados pela Associação à consulta pública no que diz respeito ao ensino doméstico, bem como em que estado é que se encontra o guia prático que a ANPED se propôs elaborar, conforme referido na audiência com o GPPS. Terminou, perguntando que propostas, ao nível da avaliação, são apresentadas pela ANPED e se podem ser partilhadas na Comissão.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) referiu pretender apurar qual o grau de abertura demonstrado pelo Governo para colaborar com a Associação, questionando, também, qual a expectativa de intervenção do Parlamento. Informou que o seu Grupo Parlamentar tem abertura para tentar perceber qual a alteração pretendida pela associação. Reiterou as questões respeitantes à avaliação, e questionou qual a experiência que possuem no que respeita ao acesso ao ensino superior.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que, do exposto, o problema da Associação será o de que a futura legislação sobre o ensino doméstico aparenta ser restritiva e, além de restritiva, passará à margem das dificuldades sentidas neste tipo de ensino.

Começou por sublinhar que o seu Grupo Parlamentar é a favor da liberdade de ensino, e a importância da existência de uma regulamentação para prevenir os maus usos da sua utilização.

Referiu que a tutela está sujeita a um princípio de responsabilidade que possa, nomeadamente, por eliminar todas as resistências, como seja a inscrição numa turma, a resistência a inscrição nas atividades de enriquecimento curricular, e também pela valorização de aprendizagens nesta via de ensino, salientando a necessidade de ser encontrado um equilíbrio razoável.

Por tal motivo, o seu Grupo Parlamentar apresentou o [Projeto de Resolução n.º 1736/XIII/3.ª](#) - Recomenda ao Governo a criação de mecanismos que regulem o ensino doméstico, no respeito da liberdade e direitos das famílias.

Terminou, questionando se houve algum avanço com o Ministro da Educação, e qual a opinião da associação quanto à menção que é feita no diploma da flexibilidade curricular.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que o seu Grupo Parlamentar fez já uma questão ao Governo, apontando para a falta de regulamentação e a falta de apoios a estes alunos. Mencionou que o seu Grupo Parlamentar valoriza a escola pública, mas que o ensino doméstico não pode ser afetado. Expôs, depois, que da situação exposta preocupa, nomeadamente, o seu Grupo Parlamentar a questão da articulação com as escolas. Questionou, depois, se tinham acesso aos manuais escolares gratuitos e a questão do acesso ao ensino superior, considerando que o calendário de exames para o ensino doméstico é muito apertado.

A delegação prestou os esclarecimentos tidos por necessários, comprometendo-se a apresentar um documento com as respostas às questões colocadas, o qual será objeto de publicitação na página desta audiência.

Das respostas prestadas, destacou-se o facto de não ser ainda conhecido qualquer projeto de alteração, tendo a Associação tido acesso a algumas alterações pretendidas introduzir em sede de uma reunião com a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação. Referiram não dispor, ainda, de um guia prático, não obstante o envio continuado de sugestões e contributos para o Ministério.

Expuseram, ainda, que na ótica da Associação os jovens do ensino secundário de hoje têm pouca capacidade crítica, sendo certo que o ensino doméstico coaduna-se mais com o perfil do aluno.

Ao nível da avaliação de final de ano evidenciaram que esta é massiva para os alunos do ensino doméstico, que acabam por ter de realizar provas a todas as disciplinas num curto espaço de tempo, e ainda provas orais no caso das línguas. Salientaram que com a introdução de uma avaliação anual a flexibilidade de que os pais dispunham, ao nível do ensino doméstico, terminou.

Informaram não ter acesso aos manuais escolares gratuitos, por tal ser impossível em virtude da plataforma, sem prejuízo de algumas escolas fornecerem estes manuais, dependendo, tudo, da decisão do Diretor da escola, o que leva a uma grande discricionariedade. Por isso, apelam a que exista uma uniformidade no tratamento destes alunos. Referiram, também, não terem qualquer acesso a apoios sociais, independentemente da condição económica dos pais.

Terminaram, referindo que não têm tido grande abertura por parte do Governo, e pouco feedback das propostas enviadas, não tendo sido chamada a Associação para se pronunciar em sede de consulta pública. Referiram não ser a favor de uma regulamentação excessiva, mas antes de uma igualdade de direitos e do esclarecimento de regras. Concluíram que a legislação

atual é antiga, datando de 1949, e que deveria ser revista pelas pessoas que se encontram por dentro do ensino doméstico.

A audição foi gravada em áudio, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

## **5. Discussão de Projetos de Resolução**

**5.1. Projeto de Resolução n.º 1778/XIII/3.ª (PCP)** - Respeito pelo tempo efetivo de trabalho dos docentes em horário incompleto

Adiado.

## **6. Apreciação e votação do relatório de atividades do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação referente à 3.ª Sessão Legislativa**

O relatório foi apresentado pela Coordenadora do Grupo de Trabalho, Deputada Susana Amador (PS), tendo a Deputada Ana Mesquita (PCP) sugerido alterações, que foram parcialmente aceites pela Coordenadora.

Foi depois aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, PS, BE e CDS-PP e a abstenção da Deputada do PCP.

## **7. Apreciação e votação do relatório de atividades do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens da 3.ª Sessão Legislativa**

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Laura Monteiro Magalhães (PSD), coordenadora do Grupo de Trabalho para expor o relatório.

A Senhora Deputada referiu prescindir da apresentação, face à atempada distribuição do mesmo, colocando-se na disponibilidade de prestar os esclarecimentos tidos por necessários. Não pôde, contudo, deixar de enaltecer o empenho e colaboração de todos os Grupos Parlamentares com o programa, bem como a participação de toda a comunidade educativa, das autarquias locais e dos serviços da Assembleia da República.

Referiu que iria acrescentar ao relatório a necessidade sentida, por todos os Grupos Parlamentares, de ser dada uma resposta para os debates a realizar nas regiões autónomas, no Círculo Europa e Fora Europa, tendo sido sugerida a possibilidade de recurso ao Skype.

Por fim, e em conformidade com o deliberado na reunião da Comissão de 17 de julho, propôs o agendamento da discussão das recomendações aprovadas nesta Sessão do Parlamento dos Jovens, 2017/18, nomeadamente a partir da semana de 24 de setembro, sugerindo a limitação da discussão a 3 minutos por Grupo Parlamentar, e referindo que o pretendido seria obter a declaração política de cada Grupo Parlamentar quanto às referidas recomendações.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) pediu a palavra para agradecer ao Grupo de Trabalho e enaltecer a sua intervenção neste programa. Concordou com a sugestão avançada pela Senhora Deputada, por ser importante sublinhar que os Grupos Parlamentares estão atentos a estas recomendações.

Sublinhou que o trabalho desenvolvido por este Grupo é muito intensivo com vista a garantir que o mesmo corra bem. Todavia, expôs ser necessário olhar para a evolução do parlamento dos jovens e ver em que aspetos este poderá, ainda, ser melhorado. Referiu que ainda não dispunha de uma proposta concreta, mas que considerava ser necessário refletir sobre o assunto.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) disse que o seu Grupo Parlamentar aprovaria o relatório, e realçou a questão da capacidade organizativa para que os convites cheguem de forma atempada, com vista a uma melhor distribuição pelos Grupos Parlamentares.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) agradeceu o apoio da Equipa do Parlamento dos Jovens, bem como da coordenadora do Grupo de Trabalho, referindo concordar com o relatório apresentado. Salientou, ainda, as recomendações aprovadas. A propósito deste último ponto, chamou a atenção para a preocupação do Grupo de Trabalho, quanto à proposta de discussão das recomendações aprovadas nas sessões nacionais, que entende que esta deverá consistir numa apreciação generalista da parte de cada GP e não propriamente uma discussão.

Levado a votação o relatório, com a correção apontada, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

#### **8. Apreciação e votação de admissibilidade de petição**

**Petição n.º 521/XIII/3.ª** - Contabilização da formação e obtenção de graus académicos para efeitos de progressão da carreira docente

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade, foi deliberado admitir a petição (com 178 subscritores) e solicitar a pronúncia das entidades propostas, por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

O Deputado Porfírio Silva (PS) informou que indicaria posteriormente o relator.

#### **9. Apreciação e votação dos relatórios finais das petições**

**Petição n.º 500/XIII/3.ª** - Solicita a defesa do direito à progressão na carreira

O relatório final da petição foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

#### **10. Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP para audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre Subfinanciamento e precariedade no Ensino Superior**

A Deputada Ana Mesquita (PCP) fez a apresentação do requerimento, enfatizando a importância de obter informações sobre o subfinanciamento e a precariedade a nível do ensino superior e ciência, bem como sobre as dificuldades de alojamento dos alunos deste nível de ensino e as respostas entretanto aprovadas.

O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que a audição configura uma antecipação da discussão do Orçamento do Estado, não sendo oportuna.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) mencionou que está em causa uma matéria muito lata, pelo que antecipa a audição regimental, mas que votarão a favor da audição por requerimento.

O Deputado Pedro Pimpão (PSD) realçou a importância da questão do alojamento dos alunos e informou que votariam a favor.

O Deputado Luís Monteiro (BE) informou que votariam a favor.

O requerimento foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, BE, CDS-PP e PCP e o voto contra dos Deputados do PS.

#### **11. Requerimento do Grupo Parlamentar do CDS/PP para audição do Senhor Ministro da Educação, para prestar esclarecimentos sobre a forma como foi conduzido o programa de 'vouchers' para entrega de manuais escolares gratuitos.**

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) fez a apresentação do requerimento, referindo a necessidade do Senhor Ministro da Educação vir explicar a forma de distribuição dos manuais escolares e indicando que os pais invocam atrasos na entrega dos mesmos e deficiências na plataforma e os livreiros indicam também deficiências no processo. Pediu ainda urgência na marcação da audição.

O Deputado Pedro Pimpão (PSD) manifestou concordância com a audição e enfatizou que é importante agilizar o processo.

O Deputado Porfírio Silva (PS) realçou que a distribuição gratuita dos manuais é uma medida importante e de grande porte do ponto de vista prático, a plataforma também é muito importante e o processo voltou a trazer as livrarias pequenas ao sistema. A terminar, informou que votariam contra.

A Deputada Joana Mortágua (BE) considerou que a matéria não suscita muitas dúvidas e deve resolver-se a curto prazo, no entanto, não obstaculizarão a vinda do Senhor Ministro da Educação.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que a gratuitidade dos manuais e a forma de implementação da medida, bem como a plataforma, são importantes e considerou que nesta fase ainda não há a informação total, mas não obstaculizarão a vinda do Senhor Ministro.

O requerimento foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, BE, CDS-PP e PCP e o voto contra dos Deputados do PS.

#### **12. Requerimento do Grupo Parlamentar do BE para audição do Senhor Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, para prestar esclarecimentos sobre a aplicação dos instrumentos de emprego científico.**

O Deputado Luís Monteiro (BE) fez a apresentação do requerimento, referindo a importância de obter informações sobre os concursos para efetivação de bolseiros e os resultados do Programa “Estímulo ao Emprego Científico”.

O Deputado Porfírio Silva (PS) informou que não se oporiam.

Os Deputados Pedro Pimpão (PSD), Ilda Araújo Novo (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP) concordaram com a audição.

O requerimento foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, BE, CDS-PP e PCP e a abstenção dos Deputados do PS.

### **13. Requerimento do Grupo Parlamentar do PSD para audição do Senhor Ministro da Educação, para prestar esclarecimentos sobre as carências de assistentes operacionais nas escolas.**

O Deputado Pedro Pimpão (PSD) apresentou o requerimento, enfatizando a colocação insuficiente de assistentes operacionais, que pode pôr em causa a abertura e funcionamento das escolas. Realçou ainda que se trata de um pedido de audição urgente, que deve implicar a vinda célere do Senhor Ministro.

O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que se trata de uma matéria a resolver passo a passo, que podia ser equacionada na audição regimental, considerando inoportuna a audição requerida.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que não obstaculizarão a audição e sugeriu que fosse feita uma única para os 2 requerimentos, do PSD e do CDS-PP, com uma ronda para cada um deles. Realçou depois a importância de equacionar a substituição do pessoal não docente.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que acompanham o requerimento e concordam com uma audição com 2 rondas, sendo 1 para cada requerimento.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que há questões que não se resolvem com a alteração dos rácios de pessoal, defendendo mais pessoal não docente. Realçou também a necessidade de uma solução para as substituições e de serem equacionadas as situações dos tempos parciais.

O Deputado Pedro Pimpão (PSD) concordou com uma audição para os 2 requerimentos e pediu que fosse feita na semana seguinte. Indicou ainda que há falta de pessoal não docente e o pessoal das escolas está envelhecido, há pessoal contratado a tempo parcial e as escolas estão na eminência de fecharem por falta de pessoal.

O requerimento foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, BE, CDS-PP e PCP e o voto contra dos Deputados do PS.

### **14. Outros Assuntos**

O Presidente da Comissão fez referência ao convite (que foi distribuído na reunião) que lhe tinham dirigido para participar na 7th Visions in Science Conference, que vai ter lugar em Berlim de 5 a 7 de outubro. Os Deputados do PSD, do PS e do CDS-PP concordaram com a participação e os do PCP e do BE indicaram que iam ver o convite e manifestar-se-iam posteriormente.

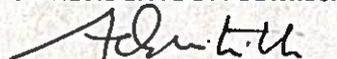
#### 15. Data da próxima reunião

- 25 de setembro, 15h00

A reunião foi encerrada às 18:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de setembro de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

  
(Alexandre Quintanilha)

## **Folha de Presenças**

**Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:**

**Alexandre Quintanilha  
Ana Mesquita  
Ana Rita Bessa  
Ana Sofia Bettencourt  
Ilda Araújo Novo  
Joana Mortágua  
Laura Monteiro Magalhães  
Lúcia Araújo Silva  
Luís Monteiro  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Germana Rocha  
Maria Manuela Tender  
Nilza de Sena  
Pedro Alves  
Pedro Pimpão  
Porfírio Silva  
Sandra Pontedeira  
Sónia Fertuzinhos  
Susana Amador  
Palmira Maciel  
Pedro Coimbra**

**Faltaram os seguintes Senhores Deputados:**

**Álvaro Batista  
André Pinotes Batista  
Ivan Gonçalves**

**Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:**